

COORDENAÇÃO DESTA EDIÇÃO DIHS/ENSP/FIOCRUZ

Os órfãos da Saúde do Trabalhador

EDITORIAL*

Todos os que transitamos pela saúde do trabalhador (ST), seja como dirigentes sindicais, profissionais de saúde, professores e pesquisadores, com sangue vermelho correndo nas veias, sabemos, de há muito tempo, que estamos órfãos. Porque mais órfãos do que nós, estão os trabalhadores que morrem e adoecem cotidianamente no trabalho. Recorrendo ao dicionário, órfão é aquele que está desamparado, que perdeu um protetor, que já não tem alguém que lhe proteja e nem alguém com quem possa contar. Pois é assim a verdade nua e crua. Em nosso país, desde a criação da CLT, governo nenhum deu bola para 'isso'. Desde então, para os sucessivos governos brasileiros, adoecer e morrer no trabalho é apenas uma fatalidade, uma banalidade. Para as empresas, é um problema dos próprios trabalhadores: são eles os culpados por suas desgraças, peças descartáveis de uma engrenagem mortífera. Para definir a postura do empresariado e governantes podemos usar muitas palavras: descaso, omissão, desprezo, indiferença, abandono, desdém... Mas agora, com a proposta de Reforma Trabalhista, engendrada pelo governo, parlamento, empresariado e apoiada fortemente pela mídia ultraliberal, outras palavras podem ser agregadas à orfandade da ST: escárnio, vergonha e, principalmente, cinismo. Por exemplo, é desolador vermos o cinismo de alguns parlamentares afirmando sem titubeio que a Reforma Trabalhista é a solução para o desemprego. Os únicos coelhos que saem da cartola desses cartolas é a precarização do trabalho, cujo resultado é o subemprego, e diversas 'maldades' que vão repercutir, como não podia deixar de ser, na ST. A reforma amplia a orfandade da ST ao quebrar a espinha do movimento sindical. Seja no fim do imposto sindical obrigatório, seja no fim das homologações de demissão, seja na ausência das comissões de trabalhadores, ou ainda, nos acordos que superam a legislação, esse neocapitalismo apocalíptico rasgou, com essa proposta, o mínimo de decência que o empresariado brasileiro, embora muito atrasado, ainda possuía. Por outro lado, a timidez e tibieza da esquerda que, no poder, nada fez de relevante para a ST, agora, em plena crise, e na oposição, não consegue estabelecer uma estratégia razoável de resistência à Reforma Trabalhista. As razões podem ser várias: sua militância é focada na defesa personalizada de algumas figuras questionáveis em matéria de ética política; grande parte da esquerda,

Nesta edição

Editorial - Os órfãos da Saúde do trabalhador	1
Entrevista - Luiz Roberto Tenório	2-4
Artigo do mês - Francisco Lacaz	5-6
Perfil Sindical - SINTTEL - 75 anos	7
Trabalhadores Anônimos - Jurandir e Caetano	8
Informes	9

especialmente aquela ligada ao movimento sindical combativo, sustentou historicamente um discurso permanente de crítica à CLT e ao imposto sindical obrigatório; as lideranças ligadas ao movimento sindical que aderiram à máquina dos últimos governos pouco ou nada fizeram em matéria de relações de trabalho mais favoráveis aos trabalhadores; a esquerda perdeu a adesão das 'classes médias' para as suas causas, ao não fazer a leitura de que o país, como um todo, precisa ser passado a limpo, literalmente; o pragmatismo suicida da aliança dos governos progressistas com o setor produtivo mais atrasado e o setor rentista. Em matéria de ST, são incontáveis as questões que poderiam ter sido implementadas por um governo popular com a marca *trabalhador*. Exemplos do que não foi feito em mais de uma década? Exigência de contrapartidas de defesa da vida no trabalho nos financiamentos públicos às empresas; vigilância da saúde nos grandes empreendimentos e no setor de *comodities*, onde os índices de acidentes e mortes de trabalhadores são dramáticos; implementação de políticas públicas de ST no SUS mais proativas e permanentes; combate incessante aos riscos evidentes dos agrotóxicos, do amianto, do benzeno (e outras substâncias químicas), dos acidentes de trabalho graves, do trabalho escravo e infantil; compreensão de que defender a saúde no trabalho é defender a saúde do país. Tampouco, sequer foi discutida alguma mudança na própria CLT, não essa aí para esquartejá-la, mas uma outra que aprimorasse a saúde do trabalhador: impedir que profissionais de segurança e saúde das empresas sejam demitidos sem concordância do sindicato e de órgão público responsável; acabar com a representação patronal de trabalhadores da CIPA [Comissão Interna de Prevenção de Acidentes], mantendo apenas trabalhadores eleitos; garantir a participação sindical nas fiscalizações e, também, nos processos eleitorais da CIPA; rever os limites de tolerância da NR 15; e abrir essa discussão para além da instância burocrática da CTPP [Comissão Tripartite Paritária Permanente] responsável por mexer nas NR. As duas políticas de ST no Brasil ainda são meras peças de retórica. A saúde do trabalhador também está órfã da esquerda no Brasil. ■ ■ ■

*Os editoriais do Boletim expressam a opinião da coordenação do Fórum Intersindical e nem sempre a de todos os participantes. A cada reunião ordinária, os editoriais são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.

A fala da Saúde do Trabalhador



Luiz Roberto Tenório

Médico notório e notável, Tenório, como é chamado por seus amigos, pautou sua atuação na defesa intransigente dos direitos humanos e da saúde dos trabalhadores. Embora aposentado, Tenório até hoje participa dos debates sobre o tema saúde e ambiente, especialmente como assessor na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Militante desde a época da faculdade, Tenório foi preso pela ditadura militar, cassado, e em 1972 preso e torturado no DOI-CODI da Barão de Mesquita. O motivo? Atender pessoas doentes e feridas pela ditadura em seu consultório médico. Tenório nos certifica de que a defesa da saúde do trabalhador é condizente com a militância política e a luta pelos direitos humanos e pela democracia. A Tenório, a palavra...

Eu me formei em 1968 pela Faculdade de Ciências Médicas da UERJ [Universidade do Estado do Rio de Janeiro] e desde o 5º ano já tinha optado pela cirurgia como especialidade, mas já como estudante eu questionava a formação dos profissionais de saúde tendo como foco a doença e não a saúde. Também me incomodava o projeto institucional assistencialista dissociado das causas que levavam ao adoecimento das pessoas. Para complementar minha formação, achava importante buscar cursos de pós-graduação na área de saúde pública e os dois disponíveis na UERJ (na época UEG - Universidade do Estado da Guanabara) eram os de Administração Hospitalar e o de Medicina do Trabalho. O curso de Administração Hospitalar reproduzia a lógica hospitalocêntrica da Faculdade de Medicina onde a doença era o foco principal e a preservação da saúde nem era mencionada. O curso de Medicina do Trabalho ganhou importância na época, pois o Ministério do Trabalho, preocupado com o elevado número dos acidentes de trabalho no país e seus custos para a previdência social, apontava para a obrigatoriedade de Serviços de Medicina e Segurança do Trabalho nas empresas com maiores riscos ocupacionais. Com tal medida, inúmeros médicos recém-formados fizeram da medicina do trabalho sua segunda opção,

... já como estudante eu questionava a formação dos profissionais de saúde tendo como foco a doença e não a saúde.

já que se abria um mercado de trabalho alternativo. O curso da UERJ era coordenado pelo Professor Hésio Cordeiro que tinha sido presidente do Centro Acadêmico quando eu era estudante. Graças à visão holística e crítica que Hésio Cordeiro tinha da saúde em nosso país, deu ele uma conotação ao curso que espelhava a realidade complexa da relação trabalho e adoecimento, além dos conhecimentos técnicos sobre os fatores danosos nos ambientes de trabalho e os meios para combatê-los. De imediato fiquei na dúvida sobre qual o caminho a seguir entre a cirurgia e a atenção à saúde do trabalhador. Como cirurgião, continuei exercendo a medicina até que, em 1975, o diretor do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), Professor Jaime Landman, convidou-me para assumir a direção do Serviço de Assistência Médica dos Servidores (SAMS), pois era eu um dos poucos médicos no Hospital que tinha o curso de Medicina do Trabalho.

Luiz Roberto Tenório

Aceitei de imediato desde que fosse possível conciliar a prática cirúrgica com a chefia do SAMS e que eu tivesse a liberdade de montar um projeto que fosse além da visão exclusivamente assistencialista do SAMS. Eu continuava tendo a cirurgia como prioridade, mas com o tempo fui me conscientizando da importância de investir mais na área de saúde ocupacional e fui trabalhar na iniciativa privada como médico do trabalho no setor da construção civil, metalurgia, informática e telecomunicações. Foi ao conviver com trabalhadores da construção civil que caí na real e decidi o caminho a seguir. As péssimas condições de trabalho e de vida dos chamados “peões de obra” que trabalhavam na construção do Aeroporto do Galeão foram fundamentais para definir a minha atuação profissional, dali para a frente. O Brasil, na época, era considerado o campeão mundial de acidentes de trabalho e, dentro da visão do governo militar, a culpa era dos trabalhadores: “despreparados”, “relapsos”, “incompetentes” e “descuidados”. Pouco se falava das péssimas condições de trabalho nos canteiros de obras e nas fábricas, das jornadas extenuantes de trabalho e da mão de obra recrutada dentro da lógica de diminuir os gastos com pessoal. Na construção civil, as empreiteiras recrutavam trabalhadores rurais nordestinos, numa migração interna irresponsável. A ditadura investia na formação de médicos do trabalho, engenheiros e supervisores de segurança com a lógica de diminuir o absentismo altíssimo causado pelos acidentes e doenças, fator de “alto custo” com danos aos lucros das empresas e indústrias. Na década de 1970, a política relativa à saúde do trabalhador era de responsabilidade institucional exclusiva do Ministério do Trabalho. O Ministério da Saúde nem a assistência médica prestava. Era responsabilidade do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), através do INAMPS [Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social]. A situação começou a mudar com a luta pela redemocratização do país no final da década, com a luta pelo fim da ditadura, a anistia aos punidos pelo regime militar, a volta dos exilados, a liberdade sindical, as diretas já para presidente da república. Nessa época resolvi dedicar-me exclusivamente à saúde do trabalhador assessorando os sindicatos de várias categorias na melhoria das condições de trabalho e no combate aos acidentes de trabalho e às doenças ocupacionais.

Criamos, junto à CUT [Central Única dos Trabalhadores] e à CGT [Central Geral dos Trabalhadores] - as duas centrais sindicais da época - o DIESAT [Departamento Intersindical de Estudos de Saúde e dos Ambientes de Trabalho]. A greve dos metalúrgicos no ABC paulista, a expulsão dos pelegos dos principais sindicatos, a luta dos trabalhadores sem-terra por reforma agrária e, no Rio de Janeiro, a greve dos médicos de 1981 foram fatores animadores e estimulantes na aglutinação de inúmeros profissionais de saúde, médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e profissionais do setor de segurança no trabalho: engenheiros, técnicos, supervisores, etc. Com o fim da ditadura, na década de 1980, ajudei na fundação do Partido dos Trabalhadores e passei a me dedicar ao fortalecimento dos sindicatos na luta por melhores condições de trabalho. Em 1986 participamos da 8ª Conferência Nacional de Saúde, já no governo da Nova República (Governo Sarney), quando foram aprovados os 5 pontos que considero fundamentais para a implantação do Sistema Único de Saúde: universalidade, equidade, controle social, integralidade de ações e municipalização. Na conferência ficou claro que, como definiu Sergio Arouca, tínhamos no Brasil um Sistema Único de Doenças, com 3 pernas que o sustentavam: a indústria farmacêutica, os fabricantes de equipamentos hospitalares e os donos dos leitos hospitalares. Para seus representantes a fonte de lucros exigia uma população doente, para continuarem a vender remédios, usarem aparelhos sofisticados e caros e ter um significativo número de pessoas doentes para ocuparem seus leitos hospitalares. A 8ª CNS rompeu com essa lógica e dois anos depois, em 1988, o Sistema Único de Saúde foi aprovado na Constituinte, passando a orientar o norte da política de saúde na Constituição Brasileira, promulgada em outubro de 1988.

... como definiu Sergio Arouca, tínhamos no Brasil um Sistema Único de Doenças, com 3 pernas que o sustentavam: a indústria farmacêutica, os fabricantes de equipamentos hospitalares e os donos dos leitos hospitalares.

Luiz Roberto Tenório

A grande vitória para os trabalhadores, em relação à saúde ocupacional, foi tirar do Ministério do Trabalho a responsabilidade de definir os rumos da saúde do trabalhador, passando tal responsabilidade para o SUS. No final da década de 1980 e início da de 1990, participei da criação do Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador (CONSEST-RJ), que marcou o campo da saúde do trabalhador, como instância representativa de planejamento e ação do poder público (Secretaria Estadual de Saúde) com o movimento sindical e instituições acadêmicas. Na UERJ transformamos, em 1992 o antigo SAMS e Departamento de Saúde e Segurança no Trabalho (DESSAUDE), com uma equipe multiprofissional, com uma visão prevencionista muito mais forte que o mero assistencialismo do antigo SAMS.

Quando fui Secretário de Saúde em Niterói propus e foi criado o Departamento Municipal de Saúde do Trabalhador, em parceria com o Sindicato dos Metalúrgicos e a CUT. A aproximação das ações do movimento sindical com a área acadêmica foi fundamental. No Rio de Janeiro a parceria entre sindicatos e órgãos acadêmicos deu uma grande contribuição na conscientização da classe trabalhadora dos riscos ocupacionais e, a partir daí, colocar como ponto relevante nos dissídios a segurança no trabalho. Para isso teve papel importante a FIOCRUZ. Hoje a FIOCRUZ, através do CESTEJH [Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana], é a mais importante aliada dos trabalhadores na defesa de sua saúde. Teve papel fundamental na luta contra o mercúrio, na campanha pelo banimento do amianto, na inclusão da LER [Lesão por Esforços Repetitivos] como doença ocupacional. Relevante também para mim foi e é poder assessorar o Poder Legislativo na confecção de leis de defesa da saúde do trabalhador. Durante mais de vinte anos assessorando o Deputado Carlos Minc foi possível transformar em lei no nosso estado a proibição do jateamento de areia nos estaleiros, a retirada do chumbo tetra-etílico da gasolina, a não utilização de tintas tóxicas, a proibição do uso de células de mercúrio na produção de cloro-soda, a obrigatoriedade do mapeamento de riscos ambientais, a criação da política ambiental ocupacional (Lei 3.623/01)¹, a saúde mental humanizada (Lei 3.944/02)², LER (Lei 2.586/96)³, Banimento do Amianto (Lei 4.341/04)⁴, Saúde auditiva (Lei 4.324/04)⁵. Hoje estou aposentado na UERJ e no Ministério da Saúde. Continuo assessorando o poder legislativo na área de saúde ambiental e saúde do trabalhador e vejo com imensa preocupação o retrocesso que a reforma trabalhista e a reforma da previdência causarão nas conquistas obtidas durante todos esses anos de luta dos trabalhadores em defesa de sua saúde. ■ ■ ■

[entrevista concedida à Coordenação - junho 2017]

1 – A Lei 3.623/01, de 27/08/2001, que REGULAMENTA O ARTIGO 293 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E ESTABELECE CRITÉRIOS PARA DETERMINAÇÃO DE PADRÕES DE QUALIDADE DO AMBIENTE DE TRABALHO E DE PROTEÇÃO À SAÚDE DOS TRABALHADORES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO sofreu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por parte da Confederação Nacional da Indústria, que foi acatada pelo Supremo Tribunal Federal, em 2016.

2 – A Lei 3.944/02 garante os direitos fundamentais das pessoas usuárias de serviços de saúde mental no estado.

3 – A Lei 2.586/96 que ESTABELECE NORMAS DE PREVENÇÃO RELATIVAS ÀS ATIVIDADES QUE POSSAM DESENCADEAR LESÕES POR ESFORÇOS REPETITIVOS sofreu Ação Direta de Inconstitucionalidade, com medida cautelar acatada pelo Supremo Tribunal Federal, em 2006.

4 – A Lei 4.341/04, de 27 de maio de 2004, que DISPÕE SOBRE AS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS DE FIBRO-CIMENTO PELOS DANOS CAUSADOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO sofreu Ação Direta de Inconstitucionalidade, aguardando decisão no Supremo Tribunal Federal.

5 – A Lei 4.324/04, de 12 de maio de 2004, ESTABELECE DIRETRIZES VISANDO A GARANTIA DA SAÚDE AUDITIVA DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Comentários dos Editores

Reiteradamente, as leis de proteção à saúde dos trabalhadores, exaradas pelos Poderes Legislativos Estaduais e Municipais, têm sofrido ataques das entidades patronais e mesmo de instituições públicas, sob a alegação de inconstitucionalidade. Baseiam-se no fato de que cabe à União legislar sobre matéria trabalhista. Ou seja, a defesa da saúde e da vida é compreendida, inclusive pelos juízes supremos, como um problema trabalhista e contratual. Será que esses juízes consideram que a lei que regula o trabalho vale mais do que a lei que defende a saúde e a vida? Será que esquecem intencionalmente que na Constituição Federal é previsto legislar sobre saúde nas outras esferas federativas? A quem interessa essa escolha do Poder Judiciário? ■ ■ ■

Trabalho Flexível, Ação Sindical e Políticas Públicas

artigo do mês

FRANCISCO LACAZ*

No capitalismo atual, o chamado trabalho flexível é hegemônico. Esta forma de organização do trabalho caracteriza-se pela renovação constante dos processos produtivos; perda de vínculos formais e de direitos trabalhistas; salários variáveis; terceirização; trabalho em domicílio; sazonalidade; intensificação do trabalho. A isso se associa redução dos níveis hierárquicos; competitividade; polivalência; aumento da responsabilidade; vigilância coletiva, resultando numa forma de gestão do trabalho que se designou administração por estresse.

Do ponto de vista dos efeitos desta realidade no perfil das classes trabalhadoras, constata-se a perda da “herança” do trabalho fordista; a existência de uma cultura operária individualista e consumista; a fragilidade das identidades coletivas de classe, bem como a fragilidade de identidades políticas; resultando num baixo exercício de cidadania de luta por direitos trabalhistas e sociais.

No que se refere aos efeitos na realidade da ação sindical, observa-se diminuição da taxa de sindicalização; atomização e fragmentação sindical; lutas sindicais como redução da jornada de trabalho que não reduz a intensificação do trabalho, na medida em que as novas tecnologias permitem que em menos horas trabalhe-se mais!

Como consequência social mais grave na ação política dos sindicatos, existe uma baixa influência sindical sobre as Políticas Públicas e Sociais de Estado, havendo predomínio do mercado.

Em relação aos efeitos mais gerais do trabalho flexível, além da destruição tanto ambiental como humana que caracteriza a produção do modo capitalista; observa-se que dá origem ao desemprego estrutural, pois não existe mais emprego para todos, diferentemente do que Marx designou como o exército industrial de reserva.

A “resposta” do capitalismo ao desemprego são formas degradadas de trabalho, tais como o moto-frete em que as mortes por causas externas, ocasionadas por acidentes de trajeto/trânsito são uma mazela cada vez mais presente, especialmente em países como o Brasil.

Outra forma degradada é o trabalho em telemarketing, no qual existe a predominância de uma morbidade caracterizada pelo adoecimento por doenças psicossomáticas e distúrbios mentais como a depressão, a fadiga crônica e o *burn out*.

As estratégias de enfrentamento desta realidade impõem combater o ciclo vicioso da concentração de renda, marca do capitalismo hodierno, ou seja, em 2015, constatava-se que 32 famílias possuíam a riqueza equivalente a de 3,5 bilhões de pessoas; sendo que em 2016 esta situação agravou-se, e somente 8 famílias detinham a riqueza de 3,5 bilhões de pessoas. Frise-se que a desigualdade elevada de renda não é apenas questão sócio-ético-política, pois provoca reduzida mobilidade geracional.

No que se refere ao enfrentamento Trabalho *versus* Capital, cabe empreender uma ação sindical que atue no campo do inimigo, isto é, a utilização das normas ISO de qualidade total para reivindicar qualidade dos processos de trabalho e não dos produtos neles produzidos, como apontou um trabalhador químico numa Semana de Saúde do Trabalhador realizada pelo Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat) ainda nos anos 1990: a fábrica onde trabalhava estava vendendo tintas de qualidade para o mercado internacional, porém ele já havia sido intoxicado quatro vezes por pigmentos de chumbo! Outro aspecto relativo ao enfrentamento na contradição Capital-Trabalho é a constatação de que a fragmentação do polo Trabalho não foi resolvida com a centralização sindical, havendo cada vez mais a necessidade de ações de resistência a partir dos locais de

Ademais, a ação sindical não tem dado respostas à globalização. Para tal é preciso que o polo Trabalho saia do defensivismo para assumir uma luta em busca da utopia socialista das relações sociais de produção. Isto se baseia na constatação de que o Capital nada é sem o Trabalho, mas o Trabalho não está preso eternamente ao Capital, pode dele emancipar-se, como aponta István Mészáros!

No caso brasileiro é tarefa fundamental nos dias que correm que a ação sindical consequente atue pela concretização e implementação de Políticas Públicas, o que pressupõe a defesa intransigente do Sistema Único de Saúde em seus princípios originais, hoje claramente ameaçados, pelas ações do governo de plantão.

Por consequência é imperiosa a defesa intransigente da Seguridade Social, na medida em que as desigualdades cada vez mais profundas só podem ser enfrentadas por Políticas de Estado e amplamente participativas.

Trata-se, enfim, de buscar a cidadania mediante a luta por Direitos Sociais emancipatórios e não pelo mero acesso ao consumo, como se buscou nos últimos governos ditos de esquerda! ■ ■ ■

... em 2015, constatava-se que 32 famílias auferiam a renda de 3,5 bilhões pessoas; sendo que em 2016 esta situação agravou-se, e somente 8 famílias detinham a renda de 3,5 bilhões de pessoas.

Francisco Antonio de Castro Lacaz é Professor Titular (aposentado) da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo. Sua vasta obra o coloca como uma das maiores referências no campo da saúde do trabalhador no Brasil. A seguir são listados alguns de seus trabalhos com os respectivos links.

- LACAZ, F. A. C. Saúde dos trabalhadores: cenário e desafios. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, n.13, sup. 2, p. 7-19, 1997. <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v13s2/1360.pdf>
- LACAZ, F. A. C. Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença. Ciência & Saúde Coletiva, 5(1):151-161, 2000 <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7086.pdf>
- LACAZ, F. A. C. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23 n. 4, p. 757-766, 2007. <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v23n4/02.pdf>
- LACAZ, F. A. C. Qualidade de Vida n(d)o Trabalho: um Conceito Político e Polissêmico. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 3, p. 565-572, nov.2009/fev.2010. <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n3/10.pdf>
- LACAZ, F.A.C. Continuam a adoecer e morrer os trabalhadores: as relações, entraves e desafios para o campo Saúde do Trabalhador. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 41, p. 1-11, 2016. (on line) <http://www.scielo.br/pdf/rbso/v41/2317-6369-rbso-41-e13.pdf>

Venha para o Fórum Intersindical
Acompanhe nosso Boletim Informativo

Comentário dos Editores

O articulista Professor Francisco Lacaz faz menção, em seu texto, a István Mészáros, filósofo húngaro, considerado um dos maiores pensadores marxistas da atualidade. Sua obra *Para além do Capital* é uma referência sobre a crise estrutural do capital e a distinção entre capitalismo e capital. Em 2002, István Mészáros foi entrevistado no Programa Roda Viva. Na ocasião, os entrevistadores foram Heródoto Barbeiro (apresentador), Emir Sader, Ricardo Antunes, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Gonzaga Beluzo, Maria Orlanda Pinasi e Haroldo Cerávolo Cereza. Assista o vídeo no link: <https://www.youtube.com/watch?v=6Lh5ZSN01Hc>

NOTA dos EDITORES

A produção acadêmica de textos, ditos científicos, não é acessível ao cidadão ‘comum’. Os milhares e milhares de textos produzidos e armazenados em revistas científicas, todos os anos, são lidos apenas entre os pares, ou seja, entre os mesmos que os escrevem. Ficam armazenados nas estantes de uma ‘ciência’ hermética, discriminatória e descolada da sociedade que, para ser conhecida do público, tem que ser traduzida nos jornais, revistas ‘leigas’, boletins, televisão, blogs, vídeos da internet, no boca-a-boca. No caso da saúde do trabalhador, essa situação é mais grave, pois o que se escreve sobre o tema deveria ter como alvo principal de divulgação, ora pois, os trabalhadores! Não é o que ocorre. Revistas ‘científicas’ que tratam da saúde do trabalhador não são “para o bico” dos trabalhadores comuns. E, cada vez mais, são cada vez menos “para o bico” dos próprios pesquisadores da saúde do trabalhador. São muitos os obstáculos para que nós, acadêmicos, professores, militantes, profissionais da saúde do trabalhador consigamos publicar em revistas ‘científicas’. Os julgadores dos textos são rigorosos, cujo rigor, guardado pelo anonimato, é de credibilidade duvidosa. Querem mudar conteúdo, questionar opiniões, mudar o método, mexer na alma do que está escrito. Além disso, revistas ‘científicas’ cada vez mais cobram para publicar, exigem tradução para o inglês, levam meses e até anos para dar respostas se aceitam ou não o artigo que parece ser tido como uma ameaça para uma estética científica de caráter dúbio e que não está preocupada em massificar e democratizar o conhecimento produzido. É com este espírito de resistência que a seção de artigos do Boletim do Fórum Intersindical pretende ser um espaço aberto e democrático de reflexão e difusão de conhecimentos. Mande seu texto. Participe! ■ ■ ■



Sinttel RJ - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesa Telefônica do Estado do Rio de Janeiro

O início da organização sindical dos trabalhadores em Telecomunicações do Rio de Janeiro, que hoje comemoram os 75 anos de reconhecimento do seu sindicato, deu-se em duas frentes:

1) CENTRO DOS OPERÁRIOS E EMPREGADOS DA LIGHT E COMPANHIAS ASSOCIADAS, fundado em 1926, que deu origem ao SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CARRIS URBANOS que, desmembrado em 1940, promove a fundação da ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS TELEFÔNICAS, em reunião ocorrida na sua sede social no dia 05 de novembro de 1940. Associação esta posteriormente reconhecida como “sindicato” pelo Departamento Nacional do Trabalho, sob a denominação de SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS TELEFÔNICAS DO RIO DE JANEIRO, entidade representativa da categoria na base territorial do Município do Rio de Janeiro; e

2) Sindicato Telegráfico e Radiotelegráfico Brasileiro, fundado em 06 de junho de 1931, após a edição da chamada Lei de Sindicalização. Posteriormente reconhecido como SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS TELEGRÁFICAS, RADIOTELEGRÁFICAS E RADIOTELEFÔNICAS NO RIO DE JANEIRO.

Entidades estas unificadas em 1974 constituindo o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E OPERADORES DE MESAS TELEFÔNICAS.

Da fundação em 1941 ao início da década de 1970 o sindicato teve sua base territorial diversas vezes alterada: inicialmente representava somente os trabalhadores em empresas telefônicas do município do Rio de Janeiro, então Distrito Federal e futuro estado da Guanabara; em 1943 se estende aos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro; em 1956, Minas foi excluído e o Espírito Santo incluído; em 1964, sai o estado do Rio de Janeiro e em 1971 sai o Espírito Santo, voltando assim a representar exclusivamente os trabalhadores do então estado da Guanabara.

Em fevereiro de 1990, em Assembleia Geral Extraordinária os trabalhadores aprovam a fusão dos sindicatos do Estado e do Município do Rio de Janeiro, dando origem ao SINTTEL Rio, hoje denominado, Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações, Transmissão de Dados e Correio Eletrônico, Telefonia Móvel Celular, Serviços Troncalizados de Comunicação, Radiochamadas, Telemarketing, Projeto, Construção, Instalação e Operação de Equipamento e Meios Físicos de Transmissão de Sinal, Similares e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado do Rio de Janeiro que chega aos 75 anos com uma trajetória coroadada por vitórias memoráveis e segue combativo, com vigor e solidez capazes de manter a luta, responder aos desafios apresentados, construir conquistas que apontam para o avanço contínuo da categoria e de intervir na defesa da democracia no país. ■ ■ ■



<http://sinttelrio.org.br/historia/>

Com o lema do Sinttel-Rio
*A nossa parte a gente cumpre
 O que é direito a gente cobra*
 o Fórum Intersindical
 reverencia a luta de todos os trabalhadores de
 telecomunicações, na ocasião do aniversário
 do bravo sindicato que os representa no
 estado do Rio de Janeiro.

Trabalhadores Anônimos

*Dando Visibilidade às
Identidades Sociais*

Quando a carne não é fraca... ...Jurandir e Caetano fazem a festa



Foto: Luciene Aguiar

Jurandir Linhares de Figueiredo nasceu em Niterói e mora em Macaé faz 18 anos. Hoje, com 44 anos, casado com Aline Maia, pai de Gabriel (8a) e Pâmela (21a) e avô de Miguel com 8 meses, tem muito orgulho da sua profissão de churrasqueiro, que exerce desde 1999. Mas isso tem uma história...

Mudou para Macaé com objetivo de trabalhar no comércio e assim permaneceu por 4 anos. Mas um amigo comerciante lhe ensinou o ofício e ele começou a trabalhar em festas e eventos. Foi conhecendo gente e fazendo amigos que se tornaram um grupo, que posteriormente montou “A Casa do Garçon” na busca de unir esses trabalhadores para capacitação profissional, tabelar valores dos serviços e também trocar experiências na busca de melhorar a qualidade do serviço prestado. Conseguiram apoio da Prefeitura e assim foram realizados muitos cursos e obtiveram certificação profissional. Hoje se resente da desconstrução desse grupo, porque já não existe mais um local para capacitar os novos que estão chegando... Ele é um apaixonado pela profissão, contudo acha que sua respiração fica prejudicada devido à manipulação do carvão e inalação de fumaça. Também relata o desconforto do calor da churrasqueira, principalmente nos dias mais quentes. Por permanecer em pé muitas horas sente dores nas pernas e refere o aparecimento de varizes. Devido a esses fatores, somados à sua idade, acha que deve mudar de profissão e está fazendo o curso eletrotécnico no Instituto Federal Fluminense, no período noturno. Mas seu sonho mesmo é fazer graduação em Gastronomia, porque adora cozinhar e ver a satisfação das pessoas em saborear os pratos que ele prepara!! Jurandir sabe que seu sonho será realizado, pois sua alegria é a alegria de todos os que saboreiam suas carnes bem preparadas e suculentas e servidas com carinho e um permanente sorriso nos lábios!!



Foto: Luciene Aguiar

José Caetano Madalena, na profissão de garçom há 10 anos é de sorriso fácil e muito gentil. Casado com Marilene Madalena e pai de Thiago (28a) e Giovana (20a) que mora com ele e está grávida do seu segundo filho. Caetano, como é conhecido, chegou em Macaé, vindo de Três Rios, há 12 anos. Veio trabalhar na indústria do petróleo e atuou como “homem de área” e na jardinagem em empresas terceirizadas da Petrobrás. Conta que trabalhava de domingo a domingo com baixa remuneração. Tinha vários amigos garçons que o estimulavam a entrar na profissão, mas ele resistia... Um dia, um deles o presenteou com uma camisa branca e uma gravata e assim o convenceu a iniciar no ofício. Permaneceu trabalhando como “homem de área”, mas somente de segunda a sexta e começou a fazer “bicos” como garçom em festas, bares, boates nos finais de semana e feriados. Com a crise econômica e o fechamento de muitas empresas na cidade, faz tempo está sem emprego formal, vivendo e sustentando sua família somente com o trabalho de garçom. Nesse trabalho não percebe que existam danos à sua saúde, diferentemente do trabalho anterior nas empresas, onde estava exposto a contaminantes químicos, cargas, materiais pesados que poderiam ferir seu corpo. Diz que ama ser garçom, a profissão lhe trouxe amizades novas, reconhecimento, clientes que se tornaram amigos... Trabalha muito em eventos em residências e se orgulha de entrar nas casas das famílias, no seio familiar e ele preza isso: pertencer!! E completa todo sorridente, “meu melhor cartão de visitas é o meu trabalho”. Sim, além do seu trabalho, seu melhor cartão de visitas é o seu entusiasmo pela vida e sua boa vontade em fazer o outro se sentir bem!! ■ ■ ■

Conheça a história da Saúde do Trabalhador no Brasil

Leia nossos Boletins do Fórum Intersindical

<http://www.multiplicadoresdevisat.com/boletins-de-0-ate-11nova-pagina>

Venha para o Fórum Intersindical

Faça parte da trincheira em defesa da saúde do trabalhador

INFORMES

PRÓXIMA REUNIÃO do FÓRUM INTERSINDICAL

Dia 07/07 - 6ª feira, 09 às 13:00h, no DIHS/ENSP/Fiocruz
Av. Brasil, 4036, sala 905, Manguinhos - Rio de Janeiro Telefone:
(21) 3882-9222/9223

Na próxima reunião teremos nossa tradicional

Oficina Temática

O convidado será

Hermano Albuquerque de Castro

com o tema

A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca e os movimentos sociais

Hermano é o atual diretor da ENSP/Fiocruz, recentemente reeleito.
É médico e pesquisador da ENSP.

ATENÇÃO: Excepcionalmente, em virtude da greve geral convocada para o dia 30/06 – a reunião do Fórum será na 1ª sexta feira de julho.

**CONTINUAM ABERTAS as INSCRIÇÕES para o
BOLETIM ESPECIAL de FOTOGRAFIAS sobre
SAÚDE do TRABALHADOR.**

Veja as instruções para o concurso em nosso site

www.multiplicadoresdevisat.com

Já pode ir tirando suas fotos!!

Encontros do
Cesteh

21 de junho
12h às 14h
Sala 32 do Cesteh

O Fórum Intersindical
Saúde-Trabalho-Direito

Apresentação:
Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos
DIHS/ENSP

Renato José Bonfatti
Cesteh/ENSP

Ana Paula Bragança
Pesquisadora colaboradora DIHS/ENSP

Jacqueline Wilhelm Caldas
Mestranda ENSP/Fiocruz

Luciene Aguiar
Doutoranda ENSP/Fiocruz



Fórum Intersindical
Democracia participativa
pela saúde no trabalho

ATENÇÃO!
Se você tem interesse em escrever
um texto sobre saúde do
trabalhador para a nossa seção
artigo do mês entre no blog e veja
como proceder:
www.multiplicadoresdevisat.com

Reunião do Fórum Intersindical - 26/05/2017



Foto: Marcel Caldas

No detalhe Carlos Henrique de Carvalho – Responsável pela Oficina Temática

ASSISTA!

Aula inaugural do Curso de Especialização em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana com o tema

Passado, presente e futuro dos direitos trabalhistas no Brasil

Palestrante o jurista **Jorge Souto Maior** (Professor livre-docente de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo). Dia 26 de junho, 13h às 17h, no Salão Internacional – ENSP.

Se você acredita no SUS – Venha debater / Venha defender!



**Curso de Inverno
Falando um Pouco de SUS:
a Expressão de um Desejo**

Docentes:

Ana Paula Bragança
Luciene Aguiar
Moacyr Torres Júnior
Renato Bonfatti
Rosângela Gaze

Coordenação: Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos

Local: Salão Internacional – ENSP
(R. Leopoldo Bulhões, 1480 – Bonsucesso)
Período: 10 a 14 de julho de 2017
Horário: 8:30h às 13h
Inscrição: cursoinverno.sus@gmail.com

IV Curso de Formação Intersindical
A próxima aula do dia 23/06 contará com Renato Bonfatti debatendo a Ergonomia e Ana Inês Simões Melo debatendo a construção da saúde do trabalhador no SUS.

O material das aulas está disponível no nosso Blog:
www.multiplicadoresdevisat.com

**Fórum Intersindical – Democracia
participativa pela saúde no trabalho**

Coordenação:

Ana Paula Bragança (Pesq. Colab. DIHS/ENSP/FIOCRUZ)
Jacqueline Wilhelm Caldas (mestranda ENSP/FIOCRUZ)
Luciene Aguiar (doutoranda ENSP/FIOCRUZ)
Renato José Bonfatti (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ)
Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (DIHS/ENSP/FIOCRUZ)

Fórum Intersindical de Formação em Saúde-Trabalho-Direito para a Ação em Saúde do Trabalhador
Av. Brasil, 4036, sala 905, Manguinhos - CEP: 21.040-361
Rio de Janeiro - RJ - Telefone: (21) 3882-9222/9223
forumintersindical@gmail.com